

INSTITUTO
Documentação
SOCIOAMBIENTAL

Fonte: PSP

Data: 23/1/96 Pg 1-10

Class: 493

Índios pedem suspensão de verbas à Alemanha

Da Sucursal de Brasília

Cinco índios líderes de entidades encaminharam ontem carta ao primeiro-ministro da Alemanha, Helmut Kohl, pedindo a suspensão temporária do convênio de US\$ 20 milhões para demarcação de áreas indígenas no Brasil. Eles temem que o dinheiro seja usado para reduzir as terras indígenas.

A carta foi entregue à Embaixada da Alemanha, em Brasília, como parte da campanha contra o

decreto 1.775. O dispositivo, de 8 de janeiro, permite a revisão dessas áreas.

Em nota oficial, o embaixador alemão Claus-Juergen Duisberg afirmou que o novo decreto não deve prejudicar demarcação das áreas indígenas. Segundo a nota, "a Alemanha não pretende cancelar esse acordo e supõe que, na base do novo decreto 1.775, que revoga o decreto 22/1991, a demarcação das áreas indígenas continue sem interrupção".

DECRETO POLÊMICO

Agricultores protestam contra demarcação

Da Agência Folha, em Campo Grande

Protesto de agricultores contra a demarcação de área indígena de 1.240 hectares para a aldeia de Panambizinho provocou interdição na manhã de ontem da rodovia BR 163 a 28 km de Dourados (219 km de Campo Grande).

A interdição durou uma hora e meia. Segundo a Polícia Rodoviária Federal, 700 pessoas fecharam a rodovia com 20 tratores e quatro colheitadeiras. Uma fila estimada

em 1,5 km se formou em ambos os sentidos da estrada, que liga o Estado a São Paulo e Paraná.

Os organizadores estimaram a participação de 1.200 pessoas.

Para ampliar a aldeia dos guaranis-cauiás, hoje com 60 hectares e 193 índios, segundo a Funai (Fundação Nacional do Índio), seria necessário desapropriar 38 famílias. Dionésio Marques Rosa, representante das famílias, disse que elas não vão abandonar o local e que vivem lá desde 1961.

Índios ameaçam fazer 'guerra' contra medida

Da Agência Folha, em São Luís

Os índios tembés, timbiras, guajajaras e caapós, que mantiveram como reféns cinco funcionários da Funai na reserva Alto Rio Guamá (300 km de Belém-PA), ameaçam usar violência caso seja mantido o decreto 1.775.

"O governo não pode ficar do lado do invasor", diz um texto assinado por 40 líderes indígenas, divulgado ontem pelo administrador da Funai em São Luís (MA),

José Arão, 28, um dos cinco reféns libertados no último sábado.

"Vamos lutar muito contra esse novo decreto. Não pode qualquer um dizer que é dono do que é nosso. Se isso acontecer, vamos para a guerra, e vai morrer muito parente, mas o branco também morre", prossegue o texto, intitulado "Carta à imprensa".

José Arão afirmou que as invasões em reservas indígenas do Pará e Maranhão se aceleraram após a publicação do decreto 1.775.